

ÃO RISQUE

CEDI - P. I. B.
DATA 16/03/94
COD KAD00022

PGAS

TÍTULO: FRONTEIRAS ÉTNICAS, TERRITÓRIO E TRADIÇÃO CULTURAL :
ESTUDO COMPARATIVO DE GRUPOS INDÍGENAS NA REGIÃO DO
PROJETO CALHA NORTE E NO NORDESTE

COORDENADOR: JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO

INTRODUÇÃO:

Algumas análises já clássicas do fenômeno da etnicidade (Barth, 1969 e 1982; Cohen, 1969 e 1974; Nathan & Moynihan, 1975) têm apontado certas características básicas. A identidade é sempre contrastiva, implicando portanto em um processo social onde um grupo se distingue e diferencia face a outros. A individualização de um conjunto de pessoas que se vêem como unidade não é vista como o resultado de fatores pré-existentes ou originários, mas sim como contextual e relativo a um elenco definido de grupos e situações de interação. A identidade étnica resulta de um processo de construção social, que traz necessariamente as marcas de uma conjuntura histórica, e remete a situações, redes e coalisões que envolvem atores, interesses e valores específicos na definição da natureza e dos limites de um grupo social.

Ao focalizar o contato interétnico "de dentro", i.e. a partir de coordenadas culturais, a discussão sobre identidade étnica pode vir a assumir novos aspectos. Em um trabalho recente (Oliveira Filho, 1986) sobre as relações entre os índios Ticuna e o órgão indigenista oficial, eu indiquei a dificuldade que existe para o analista em distinguir o que é "externo" à organização política, em separar o que é decorrente do "sistema político nativo" e o que "resulta das agências de contato". Se a dominação e o regime tutelar são inscritos e re-interpretados de acordo com os padrões da autoridade tradicional (e referendados inclusive por crenças mítico-religiosas), torna-se difícil para o pesquisador indicar com segurança onde estão colocadas as fronteiras de um grupo étnico. O

PPGAS

pertencimento ou a exclusão de uma pessoa, fato ou instituição a um determinado grupo social não implica na sua exclusão ou pertencimento a um ou mais grupos sociais dos quais a quele primeiro contrasta.

A discussão teórica sobre a identidade étnica parece retomar as preocupações da antropologia britânica quanto à definição da discontínuidade das unidades integrantes da estrutura social. Nas sociedades segmentares estudadas na África Setentrional os diferentes componentes da estrutura social se atualizam na realidade cotidiana sob a forma de grupos corporados, como uma unidade de ação econômica, política e ritual. Adotar tal modelo para refletir sobre a etnicidade leva a privilegiar situações onde grupos etnicamente diferenciados mantêm entre si relações de interdependência e mútuo ajustamento, levando à criação de sistemas interétnicos como os observados por Barth na Pérsia ou entre os Fur e Baggara na África (Barth, 1969 e 1975). Ou ainda, a articulação de pequenas etnias mediante o sistema de mercados camponeses (como ocorre na América Central, conforme as descrições de Sol Tax, M. Nash, A. Marroquin e outros).

Para o entendimento de muitas outras situações, o modelo africano apresenta grandes inconvenientes. Como aponta Lévi-Strauss (1970:189-207), os sistemas classificatórios, como as próprias culturas, têm uma vocação universalista e cosmológica. Além de sua esfera mais própria de normatização, os indivíduos e acontecimentos continuam a sofrer as mesmas compulsões sociais e a receber um significado que decorrem de um grupo e de uma cultura específica. Constitui um grave risco excluir tais compulsões e significados da análise de um grupo étnico, considerando-os como algo efetivamente exterior seja por situar-se na órbita de outro grupo, seja por conceituá-lo na esfera teoricamente equívoca da intermediação entre dois grupos.

Diferentemente da situação típica de aplicação do

modelo africano, os limites entre grupos sociais podem igualmente ser múltiplos, uma vez que definidos por diferentes atores, e, em consequência, não excludentes. A construção social das fronteiras de um grupo étnico pode estender-se muito além dos registros de um observador ou da identificação de outros grupos vizinhos, invalidando a concepção de unidades sociais como elementos discretos e descontínuos. As contradições, sobreposições e expansões de injunções e significados não podem continuar a serem abordadas como um resíduo de ininteligibilidade deixado pela aplicação de um modelo teórico.

II - OBJETIVOS DA PESQUISA

A finalidade da pesquisa aqui proposta é de refletir sobre os fatores que condicionam a emergência e o estabelecimento das fronteiras étnicas em grupos indígenas brasileiros.

Para isso serão definidas duas regiões do país, com características contrastantes em termos econômicos, demográficos e políticos. Serão selecionados alguns casos para uma investigação mais aprofundada, que beneficiará tanto o eixo da análise do processo de interação (conforme o mencionado modelo descontínuo) quanto o estudo dos valores e representações relativos ao contato interétnico.

Algumas hipóteses de trabalho podem ser adiantadas para orientar tais investigações. A primeira é que o reforço da identidade étnica esteja ligado à regularização do mercado de terras e às pressões que nessa ocasião se desenrolam quanto à utilização por não índios dos territórios tribais. A reafirmação da identidade é um valioso instrumento para assegurar (ou recuperar) o acesso à terra por parte de um grupo afetado pelas pretensões expropriatórias dos brancos.

Uma segunda hipótese é que o estabelecimento da identidade esteja condicionado por características próprias das agências de contato. Assim um paradoxo comanda a ação indige

PPCAS

nista, destacando-a de outras agências: enquanto por um lado distingue e separa um grupo étnico dos regionais, por outro lado promove através da imposição niveladora e homogeneizante de crenças e padrões de conduta - o que convencionalmente se chama de "indianidade" (Oliveira Filho, 1986) - o reforço de uma identidade genérica de "índio". Por seu lado as missões religiosas têm tido impactos diferenciais quanto ao estabelecimento da identidade, uma vez que há entre elas uma grande diferenciação interna em ideologias e organização. Uma vertente "progressista" tem enfatizado a necessidade de relações de aliança com posseiros, seringueiros e trabalhadores rurais, institucionalizando práticas de cooperação e ação conjunta que favorecem a construção de ideologias e identidades mais referidas às classes sociais do que a grupos étnicos. As missões tradicionais, por seu lado, reforçam os padrões de dependência e clientela face às elites econômicas e políticas, privilegiando identidades que intencionalmente dissolvem e ignoram a especificidade cultural, remetendo a uma uniformidade genérica ("brasileiro") ou a identidades regionais ou locais. Uma vertente "culturalista" de algumas igrejas tem, inversamente, favorecido a recuperação das tradições específicas de cada povo indígena, apoiando o surgimento de identidades diferenciadas junto dos brancos quanto de outros grupos indígenas.

Uma terceira hipótese de trabalho é de que a forma e a importância que a etnicidade assume para cada povo indígena está associada a certas características de sua cultura e organização social. Modos de cooperação nas atividades de subsistência e nas práticas rituais, distribuição espacial das unidades sociais, mecanismos de unificação política e representação simbólica, ingerência da esfera mágico-religiosa e do universo mitológico na existência cotidiana, flutuações demográficas e no uso dos recursos naturais - todos esses fatores precisam ser cuidadosamente investigados e considerados em sua capacidade de intervir na definição e na atualização his-

PPGAS

tórica da etnicidade.

III - DESDOBRAMENTO DA PESQUISA

O planejamento da pesquisa supõe a consecução de um conjunto de estudos de caso (seis), envolvendo duas regiões selecionadas em função de características contrastantes no que concerne ao modo de vida das populações indígenas aí residentes.

a) AMAZÔNIA:

A região priorizada para estudo é aquela abrangida entre as calhas dos rios Solimões e Japurá, onde estão localizadas nove etnias indígenas, são essas: Ticuna, nas margens do alto rio Solimões; Cocama, em localidades ribeirinhas e próximas aos Ticuna; Yagua e Witoto, nos afluentes da margem direita do rio Içá ou Putumayo, em seu médio e alto curso; Caiçana, ao norte Tonantins; Miranha e Cambeva, nas proximidades da cidade de Tefé, no médio Solimões; grupos locais Kanamari, Ticuna e Maku, ao longo do rio Japurá.

O grau de conhecimento antropológico sobre esses grupos é bastante diferenciado, em alguns casos havendo uma extensa bibliografia de caráter científico (para os Ticuna; têm-se pesquisas de Nimuendajú, Cardoso de Oliveira, Ari P. Oro, além dos meus próprios trabalhos; para os Yagua, tem-se a monografia de P. Fejos na década de 40 e um conjunto de trabalhos recentes de J.P. Chaumeil). Em outros casos, a bibliografia existente é composta principalmente por relatos de viajantes (para os Witoto, Whiffen, Hardenburg e Flournoy) ou por descrições de outros segmentos daqueles povos localizados primordialmente em outras regiões (como os Maku, descritos por Silverwood-Coppe e Oliveira nos afluentes do rio Negro; os Kanamari, que se estendem do Jutai ao Javari, estudados por Reesink e Carvalho, além de Labiak e Lino; os Cocama do rio Hualaga, no Peru, analisados por A. Stocks). Nos demais casos o trabalho etnográfico terá grande relevo pela ausência de ou-

PPGAS

tras fontes, como ocorre com os Cocama e os Caichana, além de destacar-se a inexistência de um trabalho atualizado de reconhecimento dos rios Içá e Japurá.

As pesquisas de campo a serem desenvolvidas nessa região nos dois próximos anos se inscrevem dentro do programa de atividades dos alunos regulares do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, pressupondo um processo de formação básica em teoria antropológica, métodos e técnicas de pesquisa, etnologia brasileira e análise de relações interétnicas. Dois alunos de mestrado e um de doutorado se preparariam para o trabalho de campo através de cursos regulares, seminários, leituras dirigidas e elaboração de "papers" e resenhas. Os alunos mais avançados privilegiarão as duas últimas formas, os alunos de mestrado ocupando-se mais com as duas primeiras.

O início do trabalho de campo está previsto para o 2º semestre de 1988, devendo resultar do preenchimento da primeira fase dos preparativos acima descritos e ser precedida pela elaboração de projeto individual para cada etapa de pesquisa. A escolha das três situações a serem investigadas mais circunstanciadamente, deverá ocorrer durante as etapas preliminares da pesquisa, no correr de levantamento bibliográficos e na leitura da documentação reunida ainda no Rio de Janeiro.

Os temas de análises deverão ser as representações indígenas sobre a história e a origem do homem branco, as recriações e reajustes dos sistemas tribais face ao contato interétnico (especialmente do universo político e econômico). Neste sentido a proposta de pesquisa procura superar as limitações habituais indicadas por R. Paine nos trabalhos etnográficos: "... anthropological writing stresses how 'culture' teaches a people about their own world, neglecting to a large extent what a people learn about the worlds (that is, the cultures) of other peoples, and how they acquire and codify such

PPGAS

learning" (Paine, 1977:251);

b) NORDESTE:

De modo geral os índios do nordeste têm características bem peculiares que os distinguem da população indígena de outras regiões. São poucos os casos em que mantêm-se o uso da língua nativa; as suas instituições econômicas e rituais aproximam-nos bastante dos regionais, caracterizando-os como uma modalidade de campesinato comunal e dando as suas manifestações cerimoniais uma aparência de chamado "catolicismo popular", com suas Irmandades e suas festas de santo. Ademais o número de indígenas é muito pequeno comparado com a população regional, estando frequentemente a preservação de tais grupos étnicos limitada às chamadas áreas de refúgio, com baixa densidade demográfica, grande estagnação econômica e condições ecológicas adversas (mangues, caatingas, etc.).

Dentre o conjunto de grupos indígenas do nordeste seria possível no entanto distinguir duas situações: a dos índios já reconhecidos pelo antigo S.P.I., com algum espaço territorial resguardado e com uma história de adaptação à indianidade; e, de outro lado, os grupos étnicos que não reivindicaram ou não obtiveram tal tratamento da parte do Estado, estabelecendo alianças com outras forças sociais (igrejas e fazendeiros locais, etc.).

Nos últimos anos em decorrência de uma multiplicidade de fatores (a pressão da estrutura fundiária e do aumento demográfico, a mobilização recente dos índios e a existência de uma maior consciência na sociedade quanto aos seus direitos) tem ocorrido uma revivescência de tradições e a afirmação de identidades indígenas em áreas onde anteriormente a presença indígena havia ficado inteiramente ignorada. Assim tem ocorrido, por exemplo, no estado do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, até o ano de 1982 dados pelos registros da FUNAI e pelos levantamentos produzidos por antropólogos e missionários como os únicos estados brasileiros onde inexistia

presença indígena. Atualmente dentro da jurisdição destes estados, tem-se indicações sobre oito grupos étnicos: os Taboaba, do município de Caucaia (CE), os Tremembé e os Anaces, do litoral norte deste mesmo estado; os Genipano-Canindé, no litoral sul; os Tabajaras, da região serrana na fronteira com o Piauí; os Akroá e Jalicós, no sul do Piauí; os Payacu, na região do rio Apodi, no Rio Grande do Norte.

Além dos grupos já referidos situados naqueles três estados, poderia-se acrescentar outros exemplos de situação histórica análoga, como os Catinawá, do interior de Pernambuco, e os Wassú, de Alagoas.

A pesquisa deverá incidir sobre três destes casos acima relatados. Operando igualmente com alguns do PPGAS e seguindo a mesma linha de capacitação (com cursos, seminários, atividades orientadas descritas na parte relativa a Amazonia).

Já de início o caso Taboaba impõe-se como um daqueles a serem estudados, pela quantidade de informações já por nós recolhidas (inclusive com realização de trabalho de campo). Ademais cabe acentuar a sua condição de caso pioneiro e de mais amplo destaque no Ceará, fazendo supor que o seu sucesso ou fracasso na obtenção da assistência oficial e na demarcação de suas terras concorra fortemente para definir os rumos da retomada de consciência étnica dos índios daquele estado.

Uma outra situação de bastante interesse é aquela dos índios Wassu, que iniciaram em 1980 a sua mobilização por terra, para isso reivindicando perante a FUNAI e a opinião pública sua condição tribal. Reconhecidos pelo órgão tutor nos anos seguintes, tiveram um Posto Indígena implantado na área por eles reivindicada. Em 1986 conseguiram afinal completar a delimitação de suas terras, aprovada por decreto presidencial. A estreita dependência dos Wassu ao indigenismo oficial e os ganhos que têm obtido nesta relação, os têm afastado bastante do próprio movimento indígena e da atuação das entidades de apoio, situando-se como caso típico de constituição de uma

PPGAS

indianidade por baixo da afirmação de uma identidade tribal.

O terceiro caso virá a ser definido posteriormente, em função do andamento dos levantamentos históricos e bibliográficos, bem como da realização de surveys de caráter exploratório nas regiões indicadas.

Como diretiva teórica, a pesquisa tem como foco principal detectar os principais fatores condicionantes e de terminantes da emergência (ou não) de uma identidade de referência tribal, procedendo para isso uma reflexão histórica e comparativa. Um objetivo crucial é delinear melhor a operatividade de conceitos como os de campesinato comunal (Oliveira Filho, 1979) e de indianidade (Oliveira Filho, 1986) para desvendar melhor a organização econômica destes grupos e focalizar a especificidade do modo de vida que a FUNAI impõe aos grupos atingidos pelo regime tutelar.

IV - CRONOGRAMA:

1ª etapa: .levantamento bibliográfico e arquivístico;

.seminários de formação teórico-metodológicas;

.duração: março a junho/88.

2ª etapa: .survey realizado no Nordeste (2 pessoas) e no Amazonas (com 1 pesquisador): julho/agosto/88.

3ª etapa: .transcrição de fitas, revelação de fotos e organização de material etnográfico;

.seminários de aprofundamento (etnologia brasileira);

.duração: agosto a dezembro/88;

4ª etapa: .trabalho de campo no Nordeste (1) e no Amazonas (2 pesquisadores): janeiro a março/89.

PPGAS

5ª etapa: organização de material etnoaráfico;

.seminário sobre identidade étnica, com preocupação comparativa;

.duração: abril a julho/89.

6ª etapa: retomada da pesquisa de campo no Amazonas e nordeste;

.duração: julho a setembro/89.

7ª etapa: organização de dados, análise e comparação;

.elaboração de relatório final de pesquisa;

.duração: outubro/89 a fevereiro/90.

V - BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE REFERÊNCIA (*)

BARTH, F. - "Introduction" in Ethnic Groups and Boundaries. F. Barth (ed.). London: Allen & Unwin, 1969.

- "Problems in Conceptualizing cultural pluralism, with illustrations from Somar Oman" in The Prospects for Plural Societies. David Maybury Lewis (ed.). Proceedings of the American Ethnological Society 1982. Washington, 1984.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. - Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editores, 1976.

COHEN, A. - "Custom and politics in Urban Africa", London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

- "Introduction: the lesson of ethnicity" in Urban Ethnicity. A Cohen (ed.). London: Tavistock, 1974.

COHEN, R. - "Ethnicity: Problem and Focus in Anthropology" in Annual Review of Anthropology 7:379-403, 1978.

COHEN, R. and JOHN M. - "Introduction" in From Tribe to Nation: Studies in Incorporation Processes. R. Cohen & J. Middleton (eds.). Scranton (PA): Chandler Publishing Co., 1970.

CUNHA, M.C. da - Antropologia do Brasil: Mito - História - Etnicidade, Caps. 97-121). São Paulo: Brasiliense & EDUSP.

DESPRES, L.A. - "Ethnicity and Resource Competition in Guynese Society" in Ethnicity and Resource Competition in Plural Societies. L.A. Despres, The Hague: Mouton, 1975.

PPGAS

LEVI-STRAUSS, C. - O Pensamento Selvagem. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

NATAN, G. and MOYNIHAN, P. D. - "Introduction" in Ethnicity: Theory and Experience. N. Glazer and D.P. Moynihan (eds.). Cambridge: Harvard University Press, 1975.

OLIVEIRA FILHO, J.P. - A fronteira e a viabilidade do campesinato indígena. RJ: PPGAS (xerox), 1979.

- "O Nosso Governo: Os Ticunas e o Regime Tutelar. Tese de Doutorado. PPGAS. Museu Nacional (RJ) 1986.

PAINE, R. - "Tutelage and Ethnicity: A variable relationship" in White Arctic: Anthropological essays on Tutelage and Ethnicity. R. Paine (ed.) Institute of Social and Economic Research Memorial University of Newfoundland, 1977.

(*) A bibliografia aqui citada refere-se tão somente a textos de interesse teórico, não incluindo-se fontes etnográficas sobre as duas regiões pesquisadas.